



■ Presidente p.4

“A confiança é o valor mais importante”



■ PSD p.7

PSD satisfeito com acordo entre o Eurogrupo e a Grécia

POVO LIVRE



nº 1864

25 de Fevereiro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“A MELHOR IMAGEM QUE PODEMOS DAR É FALAR DO FUTURO”



O líder do PSD discursa na primeira sessão das “Jornadas do Investimento”, em Lisboa

“A melhor imagem que podemos dar é falar do futuro”



O líder do PSD salienta a importância da estabilidade política e social, considerando que seria “um disparate muito grande” não fazer tudo para continuar a garantir essas condições. “Se o conseguimos fazer num quadro tão exigente como aquele que já deixámos para trás, seríamos bem tolos se desprezássemos o valor dessa estabilidade e dessa confiança para futuro”, afirmou Pedro Passos Coelho, na primeira sessão das jornadas conjuntas do PSD e do CDS-PP sobre investimento, dia 19 de Fevereiro.

Falando imediatamente a seguir ao líder do CDS-PP, Passos Coelho ressaltou, contudo, que apesar de muita da estabilidade que se deseja para o futuro não estar inteiramente nas mãos de cada um, seria “um disparate muito grande” não fazer tudo o que está “às mãos de semear para garantir essas condições”. “Se fomos capazes até hoje de responder afirmativamente a todos os portugueses, mostrando-nos capazes de preservar essas condições elementares (...) só depende de nós agora mostrar aos portugueses que esse trabalho é um trabalho que tem de ter continuidade, que essa estabilidade não sendo um fim em si mesma é um meio indispensável para que melhores resultados e mais prosperidade possa acontecer nos anos mais próximos”, acrescentou, reconhecendo que PSD e CDS-PP, que estão coligados no Governo desde 2011, “têm uma responsabilidade muito grande nos tempos que estão para vir”.

Com uma sala cheia, com deputados e dirigentes dos dois partidos, Passos Coelho apontou 2015 como um ano que encerra “muitas incertezas e muitos desafios”, mas deixou antever algum optimismo. “Se já passámos por um período em que nos assustámos o suficiente com o



que nos podia acontecer, hoje estamos em condições de nos deixarmos entusiasmar o suficiente para que a mudança que o nosso país tem vindo a fazer possa prosseguir”, frisou.

Na sua intervenção, o presidente deixou ainda críticas implícitas aos seus principais opositores, defende que não

se pode ficar parado no tempo e que há que ter humildade para aprender com o que foi feito, porque “aqueles que não aprendem com a história estão condenados a repetir os mesmos erros”. O tema do investimento foi outro dos temas destacados por Passos Coelho, que lembrou que o actual Governo não passou os últimos



anos apenas fazer a “faxina” e a resolver o que era mais emergente, tendo lançado “sementes para o futuro”.

Apresentando alguns dos resultados conseguidos, como a retoma do investimento, Passos Coelho contrapôs a atitude dos que passam a vida a falar “daquilo que toda a gente quer, mas não sabem como lá chegar”, daqueles que “às vezes falando menos nisto investem todos os dias para tornar esse objectivo realidade”. “É a diferença que vai entre a responsabilidade e a confiança e a irresponsabilidade e o resgate”, sustentou.

O líder social-democrata mencionou que a melhor imagem que podemos dar ao país é falar do futuro e não do passado. “Estivemos a lançar as sementes estruturais para o futuro. Esse futuro já começou”. O ano de 2014, lembrou Passos Coelho, foi “o ano da retoma do investimento”, que “ocorreu em Portugal sem que isso significasse um ónus, um encargo sobre as gerações futuras”, sem que se tenha criado “mais dívida nem responsabilidades para os portugueses” e para as empresas. Em segundo lugar, o investimento ocorreu a um ritmo superior à retoma do consumo de bens duradouros. Tudo isto significa, ressaltou o presidente, que “estamos a investir para futuro, para a criação de emprego no futuro, para a geração de riqueza no futuro”.

O caminho é o realizar um “modelo de crescimento sustentável e não um modelo de crescimento enganador que, no fundo, a única coisa que faz é ganhar tempo até que chegue a factura para pagar”.

A confiança, que progressivamente se está a instalar, é essencial para que as reformas que foram feitas e os resultados que atingidos em matéria de investimento, “já estão a acompanhar gradualmente a descida do desemprego, o aumento do emprego, mas também do emprego mais qualificado, com geração de maior valor para a nossa economia”.

Por fim, o presidente e Primeiro-Ministro afirmou que há uma responsabilidade muito grande dos dois partidos que formam a maioria, porque ainda há “desafios complicados” num mundo global e competitivo. “Muita da estabilidade que nós desejamos para futuro, para



prosperar, não está nas nossas mãos inteiramente, mas seria um disparate muito grande que aquilo que está ao nosso alcance, nós não fizéssemos tudo o que está às mãos de semear para garantir essas condições”. E estas jornadas que vão ter lugar pelo país todo “ajudarão a remover uma certa cortina de comunicação que impediu que se visse para além da emergência e da austeridade em que tivemos de viver no passado, se semeou e se preparou para que o país fosse melhor no futuro. Mas este trabalho que hoje vai ser levado por estas jornadas ao país inteiro, não é um retrato estático do que se fez no passado, está bem calibrado com os resultados que já alcançámos para mostrar o que podemos concretizar no futuro próximo”.

O Primeiro-Ministro no debate quinzenal

“A confiança é o valor mais importante”



“Considero que a confiança é o valor mais importante para resolver as questões de sustentabilidade futura”, afirmou o Primeiro-Ministro, durante o quinzenal no Parlamento, dia 20. “Portugal está hoje a beneficiar de condições que soubemos construir para obter resultados indispensáveis ao futuro dos portugueses”, acrescentou o Primeiro-Ministro, lembrando que “o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou a estimativa rápida para a contabilidade do último trimestre de 2014, revelando que a economia cresceu cerca de 0,9 por cento, quando a estimativa do Governo era de 1 por cento. Estamos, portanto, muito próximo do que projectámos”.

O Primeiro-Ministro defendeu também que a dignidade de Portugal e dos portugueses nunca esteve em causa durante o processo de ajustamento, apesar de fazer um “balanço crítico do funcionamento institucional da ‘troika’”. O debate, o chefe do Governo reagiu assim às declarações do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, que afirmou na quarta-feira que a ‘troika’ “pecou contra a dignidade” de portugueses, gregos e também irlandeses, reiterando que é preciso rever o modelo e não repetir os mesmos erros.

Falando no período de resposta ao PSD, o Primeiro-Ministro quis “sublinhar muito bem”, apesar de não ser um facto novo, “o balanço crítico do funcionamento institucional da ‘troika’”. Passos Coelho afirmou que o executivo teve “várias divergências no plano institucional, mas também plano no plano substancial” com a ‘troika’, salvaguardando, que, apesar disso, “nunca a ‘troika’ impôs uma solução a Portugal que não tivesse resultado de uma negociação com o Governo português”, fosse com o actual ou com o anterior, do PS, aquele “que negociou o memorando” e “estabeleceu o mecanismo de ‘reviews’”. “Nunca deixámos, perante o presidente da



Comissão Europeia, o presidente do BCE [Banco Central Europeu], o presidente do Eurogrupo, a directora-geral do FMI [Fundo Monetário Internacional], de expor os nossos pontos de vista e conseguir alterar matérias que eram politicamente relevantes e essenciais para o sucesso do programa”, argumentou. “Se o fizemos foi justamente porque também conseguimos conquistar credibilidade e confiança suficiente para alterar várias das condições que estavam contratualizadas, mas fizemo-lo sempre no quadro das condições que estavam assinadas entre Portugal, o Governo português de então, e as instituições internacionais”, sublinhou.

O Primeiro-Ministro ressaltou que, apesar, de “muitas divergências” e “muitas dificuldades” enfrentadas, o Governo nunca deixou de apresentar às instituições as suas posições. “Ao presidente do Eurogrupo, que é o actual presidente da Comissão, ao presidente da Comissão, ao presidente do Banco Central Europeu, à directora-geral do FMI, com todos tivemos relações directas no plano político e institucional e tivemos sempre o cuidado, mesmo atendendo às dificuldades desta relação institucional ao nível dos altos funcionários da ‘troika’, de nunca iniciar um ‘review’ em Portugal sem antes e depois tratar com as instituições políticas e os seus altos representantes a quem a ‘troika’ prestava contas”, afirmou.

Quem põe em causa dignidade não é quem cumpre, mas quem teve de pedir ajuda

Se a dignidade do país foi atingida pela ‘troika’ isso deve-se ao PS, que “teve de a chamar por não estar

em condição de solver as responsabilidades”. “Se a dignidade a esse plano nacional pode ser atingida pela ‘troika’ não é com certeza por quem cumpre o que ficou contratado, é com certeza por quem teve de a chamar por não estar em condição de solver as responsabilidades, se é esse o plano em que quer fazer a discussão, eu estou muito à vontade para a fazer”, afirmou o chefe do Governo, durante o debate quinzenal no parlamento.

Em resposta ao líder parlamentar do PS, Passos Coelho criticou ainda implicitamente o antigo primeiro-ministro socialista José Sócrates por ter resistido a pedir ajuda externa. “Quero dizer que o que é importante quando um Estado não consegue salvaguardar as suas responsabilidades é não pôr em causa os portugueses por razões de orgulho como chegou a ser dito pelo meu antecessor”, afirmou.

Passos Coelho sublinhou que “é importante que quando não estamos em condições de solver as nossas responsabilidades possamos pedir ajuda”. “Também não consideraria indigno pedir ajuda quando ela é precisa, nem considero muito menos indigno lutar por condições financeiras que solvam as responsabilidades do Estado quando ele precisa de garantir a saúde, a segurança social, as pensões, os salários e por aí fora, não há aí nada de indigno”, advogou.



interesses no BCE [Banco Central Europeu], que não pode estar a desenvolver programas que podem envolver a compra de dívida soberana de um determinado país e estar ao mesmo tempo sentado à mesa das negociações com esse país a estabelecer as condições de emissão da própria dívida”. “Há uma incompatibilidade, é preciso tirar o BCE da ‘troika’”, defendeu.

Passos Coelho realçou ainda que, antes do período da crise, não existia, em termos europeus, experiência de programas que envolvessem planos estruturais e de financiamento. “Hoje já temos, é muito bem natural que essa experiência possa ser cristalizada e que possamos no futuro vir a dispensar o Fundo Monetário Internacional destas intervenções”, defendeu.

Por outro lado, salientou ser importante retirar da “fractura política” a assistência que possa ter de ser prestada a determinados países. “Desse ponto de vista o funcionamento de um Fundo Monetário Europeu traz todas as vantagens porque ele poderia ser accionado em instâncias do Eurogrupo ou do Ecofin – que são entidades políticas que reúnem ministros das finanças, representantes de governos eleitos”, afirmou.

Assim, apesar de reconhecer haver muitas lições a retirar do passado, Passos Coelho disse, ainda dirigindo-se a Ferro Rodrigues, que o caminho futuro será aprofundar ainda mais as instituições europeias e “não fazer tábua rasa” das suas regras. Antes, o líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, voltou a dizer que o programa de ajustamento a que Portugal esteve sujeito “trouxe sofrimento e exigiu reformas difíceis” mas sublinhou que o país “foi capaz de recuperar e pagar a quem devia” e, depois da saída da ‘troika’, implementar medidas como o aumento do salário mínimo ou a introdução no IRS de medidas para quem tem filhos ou pais a cargo. “Comparar Portugal com a Grécia não é só um erro do ponto de vista factual (...) é acima de tudo perigoso, pois estar a colocar interesses partidários acima do nacional é criar uma situação de incerteza, contágio e crise também para os contribuintes portugueses”, disse, defendendo que a primeira solidariedade tem de ser para com Portugal.

dêem as condições de não perder o dinheiro do financiamento, mas não quer vincular-se a nenhum quadro de responsabilidade. Venha o dinheiro e nós depois daqui a quatro ou seis meses vamos discutir as condições em podemos ou não solver essas responsabilidades. Isso não é aceitável”, insistiu.

Passos Coelho recusou, contudo, a ideia de que o acordo existente entre os 18 países do Eurogrupo represente uma atitude de subserviência à Alemanha, assegurando que nunca houve nenhuma disposição para atacar a Grécia e que o objectivo foi sempre dar condições para que aquele país consiga resolver os seus problemas. “Terei o maior gosto, até faço campanha pela senhora deputada no dia em que alguém demonstrar que é possível um país que tem dívidas não as honrar fazendo ou impondo uma obrigação unilateral de ajuda financeira sem contrapartidas negociais”, declarou o Primeiro-Ministro.

O Primeiro-Ministro fez ainda alusão à proximidade do BE com o Syriza de Alexis Tsipras, mas lembrou que o Governo português foi eleito para defender os interesses dos portugueses: “o seu grande desvelo em defender o Syriza eu entendo, mas eu não fui eleito para defender os interesses do Syriza, fui eleito mas para defender os interesses dos portugueses”, disse.



Criação de Fundo Monetário Europeu

O Primeiro-Ministro preconiza a criação de um Fundo Monetário Europeu e a saída do Banco Central Europeu da ‘troika’ defendendo que, no futuro, se poderá dispensar também a intervenção do Fundo Monetário Internacional nesta instância. Pedro Passos Coelho fez questão de responder a perguntas anteriores do líder parlamentar do PS, Ferro Rodrigues, sublinhando que “a experiência de funcionamento de ‘troika’ deixou muitas lições para futuro e o Governo português tem vindo a tirá-las e já as comunicou também” nas instâncias internacionais. “Por exemplo, ainda no último Conselho Europeu tive a oportunidade de dizer que era importante que pudesse ser criado o Fundo Monetário Europeu que viesse a absorver o Mecanismo Europeu de Estabilidade”, disse. Para Passos Coelho, “há efectivamente um conflito de

Primeiro, é preciso assumir responsabilidades

Passos Coelho entende como “inaceitável” a proposta do Governo grego da extensão dos empréstimos ao país sem fazer corresponder um quadro de obrigações. Sublinhando que não há nenhuma divergência dentro do Eurogrupo quanto a esta posição, já que se trata de “uma questão de regras”, Passos Coelho disse que se deve esperar que “aqueles que querem renegociar um programa o possam fazer dentro do quadro das responsabilidades que contraíram”.

“O que parece resultar daquilo que veio a público é que o Governo grego está interessado em que lhe

Relação privilegiada entre Portugal e os Estados Unidos

Num almoço com legisladores luso-americanos, na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, dia 20, o chefe de Governo português deixou um repto para que os políticos luso-americanos prossigam os “esforços de sensibilização”, no sentido de serem encontradas fórmulas “que minimizem o impacto” da redução da presença militar dos Estados Unidos na base das Lajes, situada na ilha Terceira (Açores). O Primeiro-Ministro defende que “exista o cuidado que velhos aliados devem manter na forma como tratam assuntos que têm interesse comum”, na procura com os Estados Unidos de uma solução para a base das Lajes. “Pretendemos que na solução deste problema exista o cuidado que velhos aliados devem manter na forma como tratam assuntos que têm interesse comum. E, como referi, apesar de haver uma decisão que só pode competir ao Governo dos Estados Unidos da América, na verdade, os seus efeitos repartem-se entre os Estados Unidos da América e Portugal”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro sublinhou que Portugal tem com os Estados Unidos “uma relação privilegiada, assente num acordo também ele de cooperação, como os Estados Unidos da América já não estabelecem com outros países”.

Passos Coelho referiu que “a comissão bilateral permanente, na sua última reunião realizada há poucos dias, decidiu intensificar as consultas bilaterais no quadro do Acordo de Cooperação e Defesa e ao nível de altos funcionários, com o objectivo de apresentar sugestões, numa próxima reunião extraordinária da Comissão, relacionadas com as questões laborais e infra-estruturas, assim como no que se refere a medidas em benefício dos Açores”.

O chefe de Governo sublinhou que Portugal mostrou “o seu profundo desagrado” pela redução da presença militar norte-americana na base das Lajes, embora tenha dito não ignorar que “está inserida no contexto mais



vasto da revisão da presença militar norte-americana no continente europeu”.

A 8 de Janeiro, o Pentágono anunciou uma redução da sua presença nas Lajes, de 650 para 165 pessoas, e uma diminuição gradual dos trabalhadores portugueses de 900 para 400 ao longo deste ano.

Na sua intervenção, o Primeiro-Ministro referiu-se também à Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), que se encontra em negociação,



argumentando que “poderá representar um importante passo no crescimento” da economia norte-americana e europeia e, “claramente, da economia portuguesa, tanto em termos de exportações, como de criação de emprego”. “Os Estados Unidos da América são, neste momento, o 6.º destino das nossas exportações e o nosso 10.º fornecedor. As exportações portuguesas de bens para os EUA cresceram 6,5 por cento, no último ano, sendo expectável que, com o TTIP, haja um quadro que promova o seu reforço, tanto mais que é evidente o interesse americano na importação desses produtos”, afirmou.

Para Passos Coelho, “a eliminação de tarifas representará um ganho quase imediato do TTIP”, afirmando que estudos revelaram que “as principais exportações

portuguesas para os EUA estão entre as que são especialmente afectadas pelos ‘picos tarifários’ que os EUA aplicam, nomeadamente ao calçado, alguns têxteis e às conservas de peixe, em especial de atum”.

O chefe de Governo sublinhou que o executivo tem defendido “a facilitação do acesso aos contratos públicos no quadro do futuro acordo”, argumentando que “as limitações que os EUA impõem nessa matéria limitam as exportações nacionais”. “Será ainda muito importante que a configuração do TTIP permita às pequenas e médias empresas beneficiarem plenamente do que ficar plenamente consagrado no âmbito do acordo”, disse, recordando que a economia portuguesa assenta sobretudo neste tipo de empresas, das quais nem 10 por cento exportam para fora do mercado europeu.

O Primeiro-Ministro cumprimentou o cardeal-patriarca de Lisboa D. Manuel Clemente, no final da cerimónia de acção de graças pelo cardinalato que decorreu no Mosteiro dos Jerónimos, 22 de Fevereiro de 2015. Na qualidade de chefe de Governo, Pedro Passos Coelho quis prestar homenagem ao novo cardeal de Lisboa.



PSD satisfeito com acordo entre o Eurogrupo e a Grécia



O vice-presidente coordenador do PSD, Marco António Costa, congratulou-se com o acordo de princípio entre o Eurogrupo e a Grécia e acusou o PS de se comportar como porta-voz do Syriza, em vez de defender o interesse nacional. “O PSD vê com satisfação o princípio de acordo que foi possível obter no âmbito do Eurogrupo com a Grécia, resultado de bum recuo do Governo grego face às posições radicais que havia assumido após a sua eleição”, disse.

Marco António Costa manifestou ainda o desejo de que as propostas que o Governo grego vai apresentar “sejam passíveis de esse entendimento”, para que a Grécia encontre um caminho que permita a recuperação económica e financeira do país.

Em declarações aos jornalistas, à margem da V Academia Política da JSD Distrital de Setúbal, na Costa de Caparica, em Almada, dia 22, Marco António Costa acusou também o PS de se comportar como porta-voz do Syriza em Portugal. “O Partido Socialista tem assumido uma atitude de porta-voz dos interesses do Syriza em Portugal, em vez de ser porta-voz dos interesses nacionais, no plano europeu e no plano nacional”, disse Marco António Costa, acusando, também, os socialistas de se demitirem das responsabilidades que têm enquanto principal partido da oposição.

“Gostávamos de conhecer as propostas que o PS tem para a Europa e para Portugal, em vez de ver o líder do PS transformado em comentador político e porta-voz do Syriza em Portugal. Julgamos que não é um contributo para a democracia nem adianta nada ao interesse e à vida dos portugueses”, acrescentou.

Para o vice-presidente do PSD, os socialistas têm tentado colar a situação de Portugal à Grécia, situação que considerou “perigosa e irresponsável”, atendendo a que, a situação na Grécia é muito pior do que a situação portuguesa.

“Nós sabemos que os juros que a Grécia hoje paga são cinco vezes superiores aos que Portugal paga. Sabemos que hoje os gregos continuam a discutir a necessidade de fazerem cortes nos rendimentos e nas pensões. Nós estamos na fase de devolução de rendimentos e de redução do IRC e do IRS”, disse. “Nós olhamos para o futuro com esperança, os gregos, infelizmente, estão



numa situação muito difícil. Estar a colar Portugal à Grécia, como tem feito a esquerda e particularmente o Partido Socialista, é um péssimo serviço aos portugueses e a Portugal, a não ser que o PS deseje que as coisas corram mal e que Portugal seja obrigado a pagar taxas de juro de 10 por cento, como estão a pagar os gregos”, acrescentou.

Questionado pelos jornalistas, o dirigente do PSD comentou também alegadas pressões da ministra das Finanças sobre o Governo grego, durante a última reunião do Eurogrupo. “O doutor João Galamba devia estar escondido num canto da sala do Eurogrupo. Para poder dizer que a situação não convence, é porque ele estava lá, num cantinho da sala, a ouvir o que se passou. Quem lá esteve foi a ministra de Estado e das Finanças, que foi clara e categórica na forma como ontem (sábado) desmentiu esses rumores e esses boatos”, disse.

“O PS alimenta os boatos porque lhe interessa mais a política da intriga do que a política da resolução dos problemas”, sublinhou Marco António Costa, assegurando que a posição de Portugal está em linha com a dos restantes países do Eurogrupo.



José Matos Rosa na academia “Formar Algarve”

O secretário-geral do PSD participou, dia 22 de Fevereiro de 2015, na sessão encerramento da Academia Política “Formar Algarve”, uma iniciativa promovida pela JSD/Algarve. No sábado, Matos Rosa esteve nos 40 anos do PSD de Vila Real e na tomada de posse dos novos órgãos do PSD de Vila Flor. Na sexta-feira, dia 20, Matos Rosa deslocou-se aos Açores, para representar a direcção nacional, na sessão de abertura do XVIII Congresso Regional da JSD/Açores.



Rui Machete

“Não podemos ceder ao medo”

Na sequência dos atentados na Dinamarca, o ministro português dos Negócios Estrangeiros entende que a Europa não pode “ceder ao medo”, sublinhando não ter “ nenhuns indícios” que atentados semelhantes possam acontecer em Portugal. “Nós sabemos que os dinamarqueses pensam, e correctamente, que não podem ceder ao medo. Isto é uma luta que continua, nós não podemos ceder ao medo. Temos que tomar as precauções, evidentemente. Não podemos ter quaisquer jactâncias. Precisamos do apoio de todos os povos que prezam a liberdade, incluindo, naturalmente, os países muçulmanos que condenam isto tipo de violência injustificada”, declarou Rui Machete.

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE) falava em Roma, à margem do consistório no qual o papa Francisco nomeou cardeal o patriarca de Lisboa, Manuel Clemente. Rui Machete referiu que Portugal já exprimiu a sua solidariedade ao povo dinamarquês: “É efectivamente um atentado terrorista que lamentamos e condenamos veementemente. Falei com o MNE dinamarquês, apresentando as nossas condolências e exprimindo a nossa solidariedade”.

Questionado sobre o alastramento de atentados perpetrados por fundamentalistas islâmicos a países europeus, Machete disse que Portugal não tem “ nenhuns indícios” de que possa ser alvo de um atentado semelhante. “Evidentemente não há uma garantia absoluta que isso não aconteça, temos que ser prudentes e vigilantes”, declarou.

A polícia dinamarquesa anunciou ter abatido o alegado autor dos dois atentados que fizeram dois mortos e cinco feridos, no sábado, em Copenhaga. O primeiro tiroteio ocorreu durante a tarde de sábado num centro cultural em que se realizava um debate sobre a liberdade de expressão, com o artista sueco Lars Vilks, que vive há anos sob protecção policial devido às ameaças de grupos islâmicos depois de desenhar Maomé como um cão. Uma pessoa de 55 anos morreu e três agentes ficaram feridos neste atentado, apesar de as autoridades não terem podido confirmar se Vilks era o alvo. Já na noite de 15 de Fevereiro, deu-se novo tiroteio junto à sinagoga de Copenhaga e morreu um jovem judeu que fazia guarda ao edifício, ficando ainda feridos dois polícias.

Rui Machete recebeu a chefe da diplomacia europeia, Federica Mogherini, que realizou, dia 17, a primeira visita oficial a Lisboa, tendo-se ainda encontrado com o Presidente da República, membros do Governo, deputados e representantes da sociedade civil (investigadores, especialistas e líderes de opinião em assuntos externos de Portugal e da União Europeia). Federica Mogherini teve também um encontro de trabalho com o Primeiro-Ministro, na residência oficial em São Bento, em Lisboa.



Parlamento aprova por unanimidade legislação anticorrupção

As alterações legais aprovadas materializam recomendações do Grupo de Estados do Conselho da Europa contra a Corrupção, das Nações Unidas e da OCDE e foram sistematizadas para um texto comum num grupo de trabalho coordenado pelos deputados Hugo Soares (PSD) e Filipe Neto Brandão (PS).

Deputados de todos os partidos saudaram na comissão parlamentar a aprovação do texto, sublinhando um esclarecimento: a legislação aprovada passa a prever a faculdade de possibilidade de não aplicação de pena a quem efectivamente se arrepender da prática do crime de corrupção, se “tiver denunciado o crime no prazo de 30 dias após a prática do ato e sempre antes da instauração do procedimento criminal, desde que voluntariamente restitua a vantagem ou o respectivo valor”.

A situação actual é de que esta não aplicação de pena é automática, passando agora a constituir uma faculdade, que depende da decisão de um juiz, frisaram os deputados.

Com as alterações aprovadas passam a responsabilizar-se penalmente as pessoas colectivas de direito público, incluindo as entidades públicas empresariais, e a incluir a responsabilidade penal das pessoas colectivas pelo crime de peculato (apropriação indevida de bens ou dinheiro) e peculato de uso.

O tráfico de influências passará a ter um prazo de prescrição de 15 anos, passando a ter um idêntico aos dos crimes de corrupção. O diploma eleva a moldura penal do crime de tráfico de influência, criminalizando-se o tráfico de influência activo para ato lícito e punindo-se, inclusivamente, a tentativa da prática daquele crime. O conceito de funcionário é também alterado e alarga-se o âmbito da incriminação a coisas imóveis.

Pela nova redacção, o funcionário que ilegítimamente se apropriar, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou de qualquer coisa móvel ou imóvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos. O conceito de funcionário é alargado, passando a abranger agentes de organizações de direito internacional público, bem como jurados e árbitros nacionais de outros Estados, quando a infracção tiver sido cometida, total ou parcialmente, em território português.

A credibilidade ditou o sucesso do programa português



Os ministros das Finanças da Alemanha, e de Portugal, questionados, numa conferência em Berlim, dia 18, sobre o que distingue o “sucesso” do programa português do caso da Grécia, responderam que o essencial é a confiança e a credibilidade. Num debate “morno” sobre como “reequilibrar e superar os impactos da crise na UE e em Portugal”, a questão do impasse em torno do programa de assistência à Grécia, até aí referido, pelo próprio moderador da Fundação Bertelsmann como “o elefante na sala”, foi finalmente levantada no período de perguntas da audiência, tendo Wolfgang Schäuble e Maria Luís Albuquerque destacado a necessidade de os países sob programa mostrarem aos seus parceiros que são creíveis, de confiança. “O mais importante é não destruímos a confiança mútua. Se destruímos a confiança mútua, estamos a destruir a Europa”, disse por diversas vezes Schäuble.

Apontando que prefere falar em “confiança mútua” do que no cumprimento de “regras”, pois será logo criticado se utilizar este termo muito “alemão”, gracejou, o ministro das Finanças alemão que escusou-se a especular sobre as negociações em curso com o governo grego, pois tal não traria qualquer mais-valia, mas ainda assim revelou um episódio da última reunião do Eurogrupo com “o novo colega grego”, Yanis Varoufakis.

Schäuble apontou que “um colega, de outro Estado-membro” fez notar a Varoufakis que teria extrema dificuldade em explicar aos seus cidadãos que teriam que mostrar solidariedade com a Grécia, mas pagando de modo a que Atenas aumente o salário mínimo para níveis superiores aos do seu país, ao que o ministro grego terá respondido que os valores em causa eram suficientes para viver no Estado-membro em questão (nunca revelado), mas não na Grécia.

O ministro alemão recorreu a este exemplo para explicar que, também ele, tem que “convencer os eleitores na Alemanha”, um trabalho que, garantiu, é “muito difícil”, explicando que, por isso, é fundamental que haja uma confiança mútua entre os Estados-membros, entre os países sob assistência e os seus parceiros.

Schäuble garantiu ainda que a UE sempre foi “flexível” em renegociar “uma e outra vez” com os países sob programa aspectos dos memorandos de entendimento,



mas sempre tendo por base essa “confiança mútua”.

A resposta de Maria Luís Albuquerque foi na mesma tónica, com a ministra a assegurar, pela experiência própria, que “é possível ajustar o memorando de entendimento”, e Portugal fê-lo, mas só ganhando a credibilidade que lhe deu legitimidade para requerer alterações aos seus credores.

“A nossa opção foi implementar o memorando e ajustá-lo ao longo do caminho, quando necessário. Mas primeiro tivemos que demonstrar que queríamos e íamos cumprir, para nos tornarmos um parceiro creível”, apontou, enfatizando que Portugal o fez “sempre no quadro do programa e das regras”.

“Foi um contrato, se pudermos chamar-lhe assim, com obrigações do nosso lado e solidariedade do outro”, resumiu.

“Portugal é a melhor prova” de que programas funcionam

O ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, disse que “Portugal é a melhor prova” de que os programas de ajustamento funcionam, quando há “tanta discussão” sobre a eficácia dos ajustamentos associados à assistência financeira. Schäuble afirmou que Portugal, em conjunto com a Irlanda, é “a melhor prova” de que os programas funcionam, “e de forma mais eficaz do que muitos esperariam há quatro anos”. “Se olharmos para o último relatório da OCDE” sobre quais os países que melhores resultados registaram ao nível de reformas estruturais, constata-se que “foram os países sob programa”, apontou Schäuble.

Governo cria plataforma para facilitar acesso de empresas a fundos de desenvolvimento

O Governo português lançou uma plataforma “on-line” para facilitar o acesso das empresas portuguesas a informação sobre os fundos disponibilizados pelos bancos multilaterais e pela União Europeia para investimento em países em desenvolvimento. A plataforma “Parcerias para o Desenvolvimento” visa fornecer informações sobre as oportunidades disponíveis em 144 países em desenvolvimento em projectos financiados pelos sete bancos multilaterais de que o Estado português é accionista e os fundos de cooperação da União Europeia, explicou o secretário de Estado das Finanças.

Esta ferramenta destina-se a “proporcionar às empresas a entradas nos mercados dos países em desenvolvimento”, sobretudo as PME, tendo em conta que actualmente “o número de empresas que aproveitam estas oportunidades é muito reduzido”.

Os sete bancos de que Portugal é accionista e que financiam projectos nestes países são o Banco Mundial, Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Corporação Andina de Fomento e Banco Europeu de Investimento.

Estas sete instituições, de acordo com Manuel Rodrigues, disponibilizam 60 mil milhões de dólares (52,7 mil milhões de euros) por ano para projetos nos países em desenvolvimento.



Além desta verba, explicou por seu lado o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Campos Ferreira, a União Europeia disponibiliza 54 mil milhões de euros no período 2014-2020, dos quais 1,3 mil milhões de euros são destinados aos “parceiros tradicionais da cooperação portuguesa” – os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste.

“Trata-se de montantes avultados colocados à disposição das empresas portuguesas para promover a sua internacionalização e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento” dos países onde os projectos são aplicados, referiu Campos Ferreira, considerando que “exportar desenvolvimento é importar segurança”.

De acordo com o secretário de Estado das Finanças, este tipo de financiamento tem como vantagens “uma redução do risco de crédito porque são estas entidades que pagam os serviços prestados, não há riscos cambiais porque os pagamentos são feitos em dólares ou euros e não existe o problema da expatriação de capitais”.

“O objectivo é apresentar oportunidades para empresas que têm mais dificuldade na internacionalização, sem os riscos associados às leis de mercado tradicionais,



e assim aumentar o número de empresas a concorrer a estes projectos e aumentar também a taxa de sucesso das candidaturas”, revelou Manuel Rodrigues.

O portal, que “é atualizado praticamente em tempo real” é aberto e permite a busca por país, fornecendo neste caso todas as ofertas disponíveis para esse país, ou permite procurar por sector. Estavam disponíveis na plataforma 720 oportunidades distribuídas por 19 sectores de actividade em 122 países.

O portal fornece ainda os contactos da representação diplomática ou da delegação da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) desse país, que vão dar informações sobre o mercado ou ajudar na elaboração da candidatura, explicaram os governantes.

No futuro, o objectivo é que a plataforma sirva para estabelecer o contacto entre as empresas que se candidatam para promover, por exemplo, consórcios, nos casos em que uma empresa isolada não preenche os requisitos exigidos no caderno de encargos de cada projecto.

Segundo Campos Ferreira, o portal permite ainda que as empresas, através da informação de que companhia ganhou determinado concurso, possam depois tentar uma oportunidade num “segundo mercado”, que é o da subcontratação.

Por seu lado, o presidente da AICEP, Miguel Frasquilho, referiu que a agência vai dar apoio técnico às candidaturas e “garantir resposta atempada às questões colocadas pelas empresas”.

Apesar de especialmente direccionada para as empresas, a plataforma também apresenta oportunidades para universidades, organizações não-governamentais ou outros parceiros da cooperação.

António Costa “afunda-se” quando fala de fundos comunitários

O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, acusou em Faro, líder do PS, António Costa, de fazer “afirmações erradas” e de afundar-se “um pouco mais” quando fala sobre fundos comunitários.

“Acho que o dr. António Costa, de cada vez que fala de fundos europeus, afunda-se um pouco mais”, afirmou Poiares Maduro, ao ser confrontado pelos jornalistas com críticas que António Costa lhe fez hoje, ao afirmar que o ministro “devia sair mais do gabinete” para conhecer a realidade do país.

O governante falava aos jornalistas à margem da apresentação do novo quadro comunitário de apoio, denominado Portugal 2020, realizada hoje no Teatro de Faro, onde foi apupado à chegada por meia centena de residentes das ilhas da Ria Formosa abrangidos pela demolição de habitações.

Poiares Maduro disse que António Costa “começou por dizer que Portugal tinha uma baixa execução e Portugal lidera a execução dos fundos na UE”, disse depois “que ainda não tinham aberto concursos no âmbito do Portugal 2020 e, na verdade, em alguns casos, já foram encerrados concursos”, um deles tendo como candidata proponente a própria Câmara de Lisboa.

“E agora veio dizer que não viajo pelo país, quando na verdade eu estou permanentemente em contacto com o país, talvez o dr. António Costa devesse falar com os autarcas do PS no interior do país, por exemplo nos 50 municípios, territórios de baixa densidade, que eu visitei”, acrescentou.

O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional criticou António Costa por ter feito referência à vida que Poiares Maduro teve noutros países antes de assumir a pasta no Governo liderado por Pedro Passos Coelho.

“Acho que o facto de ter tido sucesso na minha carreira em termos internacionais não deve ser considerado um impedimento para eu poder exercer funções públicas em Portugal, pelo contrário, vim aqui para servir o meu país, com orgulho na carreira que tive, e entendo que não é minimamente apropriado que alguém venha excluir uma classe de portugueses do exercício de funções públicas”, defendeu Poiares Maduro.

Poiares Maduro referiu ainda que preferia ver António Costa a fazer “alguma contribuição” para a forma como os fundos do Portugal 2020 vão ser geridos e aplicados “em vez de fazer baixa política” e “afirmações erradas” relativamente à execução dos fundos comunitários.

Justiça é “amiga do empreendedorismo”

A ministra da Justiça considera que Portugal tem uma justiça “amiga do empreendedorismo”, com uma taxa de eficácia elevada e uma lei da arbitragem igual à dos Estados Unidos, o que incentiva investimentos em Portugal. A titular da pasta da Justiça falava em Lisboa, no encontro “Diálogo entre legisladores portugueses e americanos”, organizado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, dia 19, que juntou políticos portugueses e luso-americanos, para debater as relações entre os dois países.

Em termos de facilidade de investimento, Paula Teixeira da Cruz aludiu várias vezes à reforma da acção executiva (cobrança de dívidas/penhoras), que tornou mais simples e célere este tipo de processo, que, em média, é resolvido em dois a três meses, sendo as penhoras realizadas às vezes em 24 horas. Além de apontar as melhorias introduzidas na acção de cobrança de dívidas - um tipo de acção essencial para o funcionamento das transacções comerciais -, a ministra anunciou para breve o início dos chamados leilões electrónicos.

Paula Teixeira da Cruz fez uma retrospectiva das reformas efectuadas na justiça, incluindo as que estavam no memorando da ‘troika’, destacando que a taxa de resolução média de processos atinge 190 por cento, o que significa que, por cada processo que entra em tribunal, os magistrados resolvem dois.

A ministra enumerou as reformas relacionadas com os inventários (que passam a ser feitos nos notários), bem como as alterações em matéria de justiça administrativa, que passa a incluir, por exemplo, um regime simplificado para os concursos públicos internacionais, para a aquisição de produtos industriais e farmacêuticos.

A ministra da Justiça considerou ainda que se obteve resultados positivos em matéria de recuperação de empresas, com a introdução do programa especial de revitalização de empresas, sendo que 50 por cento dos casos “já terminam por acordo” entre credores e devedores.

Segundo a ministra, este programa já permitiu salvar empresas do processo de falência e terá evitado a perda de 22 mil postos de trabalho.

Paula Teixeira da Cruz destacou os meios alternativos de resolução de litígios, incluindo a nova lei de arbitragem, os julgados de paz e o programa PEX, que permite saber se o devedor tem meios para saldar as dívidas. Realçou ainda a importância da reforma do novo mapa judiciário, que, disse, aumentou de 26 por cento para 66 por cento a taxa de especialização dos tribunais, a par da introdução de um novo modelo de gestão e definição



de objectivos a atingir pelos magistrados.

No dia em que o Conselho de Ministros aprovou nova legislação de combate ao terrorismo, a ministra mostrou-se preocupada com o regresso do anti-semitismo à Europa e com a escalada do terrorismo, observando que Portugal deu “um sinal para o futuro”, ao aprovar legis-

lação que concede a nacionalidade aos judeus sefarditas.

Paula Teixeira da Cruz mencionou a proposta de lei, que alarga o conceito de terrorismo a situações como incitamento público à prática, visitas a “websites” de grupos terroristas e visitas e viagens a locais ocupados por grupos desta natureza.

Obras na Barrinha de Esmoriz são para avançar “rapidamente”

A zona costeira conhecida como Barrinha de Esmoriz ou Lagoa de Paramos, nos limites dos concelhos de Ovar e Espinho, entrará em obras de valorização “rapidamente”, anunciou o ministro do Ambiente ao grupo parlamentar de Aveiro do PSD. Em causa está uma requalificação que, estimada em cerca de três milhões de euros, vem sendo “prometida e adiada desde há mais de duas décadas”, como explicou à Lusa o deputado Paulo Cavaleiro, que questionou Jorge Moreira da Silva sobre o tema. “O projecto de execução está concluído, o licenciamento ambiental também estará terminado e a obra tem candidatura aprovada pelo POVT [Programa Operacional de Valorização do Território]”, realça o parlamentar de Aveiro. “O problema é que o quadro comunitário está a terminar o seu prazo de execução e a obra não começou”, acrescenta.

Na referida audição com os parlamentares de Aveiro, o ministro concordou: “É necessário que a obra se inicie rapidamente”. Moreira da Silva observou, contudo, que, dada a dimensão dos trabalhos a executar na lagoa, a intervenção poderá obrigar a uma nova candidatura aos próximos fundos comunitários. “A Barrinha de Esmoriz é matéria em relação à qual estamos fortemente empenhados e [representa] um compromisso que existe no âmbito do PAPVL [Plano de Acção de Protecção e Valorização do Litoral]”, afirmou o ministro. “Admito é que [a sua requalificação] não se consiga concluir a tempo de não ter que ser também elegível para os novos fundos europeus”, conclui.

Conselho de Ministros de 19 de Fevereiro



1. O Conselho de Ministros aprova a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, fundada no compromisso de combate ao terrorismo em todas as suas manifestações.

A Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo representa um compromisso de mobilização, coordenação e cooperação de todas as estruturas nacionais com responsabilidade directa e indirecta no domínio do combate à ameaça terrorista e uma concretização, ao nível nacional, dos imperativos de natureza interna, europeia e internacional de combate ao terrorismo.

Trata-se de um compromisso que respeita a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais do Conselho da Europa, o direito originário da União Europeia, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, os princípios constitucionais do Estado português, a política de luta contra o terrorismo da União Europeia e desenvolve-se na estrita observância dos princípios da necessidade, da adequação, da proporcionalidade e da eficácia, das liberdades cívicas, do Estado de Direito e de liberdade de escrutínio.

O documento agora aprovado assenta em cinco objectivos estratégicos, detectar, prevenir, proteger, perseguir e responder:

- Detectar é a acção de identificação precoce de potenciais ameaças terroristas, mediante a aquisição do conhecimento essencial para um combate eficaz;
- Prevenir consiste em conhecer e identificar as causas que determinam o surgimento de processos de radicalização, de recrutamento e de actos terroristas;
- Proteger representa o reforço da segurança dos alvos prioritários, reduzindo quer a sua vulnerabilidade, quer o impacto de potenciais ameaças terroristas;
- Perseguir é a acção de desmantelar ou neutralizar as iniciativas terroristas, projectadas ou em execução, e as suas redes de apoio, impedir as deslocações e as comunicações e o acesso ao financiamento e aos materiais utilizáveis em atentados e submeter os fenómenos terroristas à acção da justiça;
- Responder consiste na gestão operacional de todos os meios a utilizar na reacção a ocorrências terroristas. A capacidade de resposta permite limitar as consequências de um ato terrorista, quer ao nível humano, quer ao nível das infra-estruturas.

Compete à Unidade de Coordenação Antiterrorismo, a coordenação dos planos e das acções decorrentes da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, quer no que

respeita aos objectivos estratégicos e correspondentes linhas de acção a adoptar, quer em matéria de cooperação internacional, quanto à articulação e coordenação relativa à rede de pontos de contacto para as diversas áreas de intervenção em matéria de terrorismo.

Tendo em vista os objectivos definidos na Estratégia, a cooperação entre as Forças Armadas e as forças e serviços de segurança é aprofundada, no quadro constitucional e legal.

A cooperação internacional e europeia assumem uma importância fundamental na perspectiva do desenvolvimento de acções conjuntas que canalizem esforços no combate ao terrorismo. O aumento de sinergias resultantes dessa ligação internacional e europeia é dirigido, no que respeita às forças e serviços de segurança, à intensificação da sua articulação com os organismos nacionais e da sua articulação, no domínio da cooperação, com serviços congéneres estrangeiros.

2. Na sequência da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, o Conselho de Ministros aprovou 8 propostas de lei, tendo como objectivo ajustar a legislação existente à actualização da referida Estratégia.

Assim, são propostas:

- A alteração ao Código de Processo Penal, actualizando a definição de terrorismo;
- A alteração da Lei da Nacionalidade, densificando os requisitos para a concessão da nacionalidade por naturalização e para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa;
- A alteração da lei que estabelece o regime jurídico das acções encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, passando a incluir nas acções encobertas todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo, nomeadamente os respeitantes ao financiamento;
- A alteração da lei que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo;
- A alteração da lei de combate ao terrorismo, criminalizando a apologia pública do crime de terrorismo e a viagem para adesão a organizações terroristas, dando cumprimento à Resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações

Unidas relativa à luta contra o terrorismo;

- Alteração do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, densificando os requisitos para a concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão;

- Alteração da Lei de Organização da Investigação Criminal, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo, incluindo o financiamento;

- Alteração da Lei de Segurança Interna, acrescentando competências à composição do Conselho Superior de Segurança Interna e reforçando a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorista.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei relativa ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, por modo rodoviário, fluvial e ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo as disposições aplicáveis às obrigações de serviço público e respectiva compensação.

Este regime visa melhorar as condições de exploração do serviço público de transporte de passageiros, bem como a satisfação das necessidades dos cidadãos, sem descuidar a gestão e o uso eficiente dos recursos públicos, a promoção da qualidade dos serviços, a coesão económica, social e territorial, o desenvolvimento equilibrado do sector e a articulação intermodal.

O diploma agora aprovado procede ainda à extinção das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto, descentralizando as suas atribuições e competências para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, respectivamente.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei sobre o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, em particular no que respeita à concessão de vistos para actividade de investimento.

São consideradas as conclusões e recomendações apresentadas pela Inspecção-Geral da Administração Interna, seja quanto à clarificação de procedimentos e descentralização da decisão de concessão de autorização de residência, seja quanto à necessidade de criação de um órgão de controlo externo ao procedimento.

5. O Conselho de Ministros aprovou, seguindo uma recomendação aprovada pela Assembleia da República, o regime especial aplicável à adaptação de moinhos e azenhas, ou outras infra-estruturas hidráulicas equivalentes, para a produção de energia hidroeléctrica.

Este diploma simplifica os termos e condições da atribuição do respectivo título de utilização dos recursos hídricos para fins de pequena produção de electricidade, bem como o controlo prévio para acesso à actividade de produção de electricidade.

6. O Conselho de Ministros desafectou do domínio público militar e integrou no domínio privado do Estado, o imóvel designado por PM 71/Lisboa – Convento do Colégio, na freguesia de Santa Maria Maior, em Lisboa, com vista à sua futura rentabilização.

O imóvel continua afecto ao Ministério da Defesa Nacional, sendo disponibilizado para rentabilização, com os inerentes benefícios financeiros e contributo para a gestão racional do património do Estado afecto à defesa nacional.

7. O Conselho de Ministros reconheceu o interesse público do Complexo Europarque e disciplinou os termos da aceitação da dação em cumprimento desse imóvel ao

Estado, no âmbito do processo de recuperação de crédito do Estado decorrente das garantias concedidas a operações financeiras contraídas junto da banca.

Foram ainda aprovados os termos da autorização de cedência de utilização do Complexo Europarque ao Município de Santa Maria da Feira, por um período de 50 anos, assegurando a manutenção da sua actividade.

8. O Conselho de Ministros autorizou a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) a realizar a despesa relativa à aquisição de serviços postais à CTT Correios de Portugal, S.A., para os anos de 2015 a 2017.

Os serviços de notificação postal, no âmbito dos processos de contra-ordenação, traduzem-se na expedição de um elevado número de objetos postais, os quais, a par de outros serviços conexos, são indispensáveis à operacionalidade da ANSR.

A despesa máxima autorizada para os anos de 2015 a 2017 é de cerca de 5, 1 milhões de euros.

9. O Conselho de Ministros autorizou a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna a realizar a despesa relativa à aquisição, por subscrição, de licenças informáticas e da respectiva assistência pós-venda.

Esta autorização visa responder à necessidade de garantir a continuidade da actualização do software para todos os serviços e organismos do MAI, por um período de três anos e com recurso ao procedimento pré-contratual de concurso público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

O montante máximo autorizado é de cerca de 7, 44 milhões de euros.

10. O Conselho de Ministros autoriza ainda a despesa relativa à contratação da prestação do serviço universal de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas, com recurso ao procedimento pré-contratual de concurso público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Os encargos associados a este concurso, correspondentes ao valor do financiamento dos custos líquidos associados à prestação do serviço, são suportados pelo fundo de compensação do serviço universal de comunicações electrónicas, não implicando assim qualquer despesa para o Orçamento do Estado.

11. O Conselho de Ministros qualificou como serviço público o exercício da actividade de exploração e administração do equipamento Oceanário de Lisboa, atendendo à elevada importância económica e social que este equipamento representa para o País e à sua relevância pedagógica, social científica e cultural.

Considera-se, igualmente, que a actividade de serviço público do Oceanário de Lisboa é passível de ser concessionada, sendo intenção do Estado promover a abertura da sua exploração a entidades de referência, nacionais ou estrangeiras, com perspectiva de investimento estável e de longo prazo com vista ao seu desenvolvimento estratégico, assegurando-se a reversão para o Estado no termo da concessão.

12. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação dos membros do conselho de administração dos Centros Hospitalares do Alto Ave, E.P.E., e de Entre o Douro e Vouga, E.P.E., e a nomeação de um vogal executivo (directora clínica) do conselho de administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E..

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas a nomeações.

Taxa mais baixa de sempre em leilão a 12 meses

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) colocou na passada quarta-feira, 18 de Fevereiro, 1.250 milhões de euros em bilhetes do Tesouro a três e 12 meses. Estas operações registaram uma forte procura, com a dívida de maior maturidade a atingir a taxa de juro mais baixa de sempre. O instituto liderado por Cristina Casalinho optou por colocar 1.000 milhões de euros em BT a 12 meses, com uma taxa média de 0,156 por cento.

Este é o juro mais baixo de sempre numa operação semelhante. O anterior mínimo histórico reporta-se a Agosto do ano passado, quando Portugal vendeu 800 milhões de euros a 0,216 por cento. Já na linha a três meses, o IGCP colocou 250 milhões de euros com uma taxa média de 0,061 por cento. Um valor que, não sendo um mínimo histórico, fica muito próximo dos 0,052 por cento registados em Setembro de 2014, quando Portugal colocou 250 milhões em BT com a mesma maturidade. A procura registada nesta operação foi de 4,26 vezes a oferta – a mais elevada desde Maio do ano passado.

O IGCP colocou 1.250 milhões de euros, o limite máximo previsto para estas operações.

Portugal deu uma lição de dignidade à Europa



Na primeira interpelação ao Primeiro-Ministro Passos Coelho, no debate quinzenal na Assembleia da República, dia 20, o líder parlamentar do PSD acusou a oposição de ter falhado em todas as suas previsões e estratégias e de ter procurado aproveitar as actuais circunstâncias de renegociação da dívida grega e as recentes declarações de Jean-Claude Juncker para atacar o Governo. “Os portugueses foram dignos dos compromissos que assumiram (...) Foi por ter cumprido com o programa que hoje Portugal está a ver recuperar a sua capacidade de atrair investimento. Sempre dissemos que estava em muitos aspectos mal desenhado, mas que margem tínhamos nós nessa altura? Íamos hesitar, íamos protestar, ou íamos demonstrar que tínhamos capacidade para cumprir os nossos compromissos?”.

Luís Montenegro considera que é graças ao actual Governo que Portugal é agora “um país sem troika”, “com credibilidade, a crescer”, “um país com futuro”. “A Grécia é uma democracia e fez e fará as suas escolhas (...) Os portugueses também fizeram as suas escolhas, mandataram esta maioria para governar Portugal”.

Reconhecendo que o programa era difícil e exigente e que estava, em muitos aspectos, mal desenhado, o social-democrata questionou à oposição qual era a margem que tínhamos nessa altura. “Os portugueses fizeram e ainda fazem muitos esforços. Se a oposição quer falar de dignidade, então vamos dizer à Europa que os portugueses foram dignos dos compromissos que assumiram com a Europa. Portugal e o povo português deram à Europa uma demonstração da sua dignidade, comprometeu-se e cumpriu e foi por isso que reconquistou a sua voz na Europa”.

“Foi por ter cumprido com o programa que voltámos a crescer, que continuámos a fazer crescer as exportações, que hoje nos podemos financiar às mais vantajosas taxas de juro de sempre, que o Governo é hoje parte activa de decisões muito importantes na União Europeia, como nas negociações dos Fundos Comunitários, da União Bancária ou de matéria em domínio de energia”. Face a este cenário, o deputado enfatizou que os portugueses deram uma lição de dignidade à Europa e lembrou aos que agora dizem que é o Governo grego que está a defender os portugueses que estão a “insultar os portugueses e a insultar a capacidade deste país, das famílias e empresas portuguesas”.

A terminar, Luís Montenegro declarou que a Grécia é uma democracia que fez as suas escolhas, mas antes disso está a dignidade de Portugal. “Os portugueses também fizeram a sua escolha, mandataram esta maioria para transformar Portugal. Enquanto uns andaram 4 anos a pedir eleições antecipadas, a querer trazer para Portugal a instabilidade, a verdade é que esta maioria e este Governo trabalharam e hoje podemos constatar que Portugal é um país sem troika, com credibilidade, com autonomia, que está a crescer e que é um país com futuro”.

Deputados do PSD debateram em Braga os desafios das explorações leiteiras

O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Pedro do Ó Ramos, e o deputado Nuno Serra (juntamente com os deputados eleitos por Braga, Hugo Lopes Soares, Fernando Negrão, Nuno Reis, Graça Mota, João Lobo, Francisca Almeida, Clara Marques Mendes e Jorge Paulo Oliveira) realizaram, dia 16 de Fevereiro, no distrito de Braga, um conjunto de reuniões para aprofundar os desafios e as oportunidades das explorações leiteiras que o fim do regime das quotas causará à viabilidade destas empresas. Apesar da dificuldade de reconversão das explorações leiteiras da região, os deputados do PSD testemunharam o espírito inovador dos empresários na diversificação do produto, bem como sua valorização em mercados internacionais.

Pedro do Ó Ramos afirmou que o “acréscimo do consumo de leite e lacticínios a nível mundial, deve ser aproveitado como uma oportunidade a explorar pelos produtores nacionais”.

A deslocação a Braga dos deputados do PSD permitiu, ainda, debater com os empresários os principais instrumentos de gestão agrícola, em particular os disponíveis no novo PDR 2020.



Não foi necessário accionar plano de emergência para a gripe no Alto Minho

Os deputados do Partido Social Democrata, eleitos pelo círculo de Viana do Castelo, visitaram a Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM). A visita deu-se na sequência do trabalho de proximidade que os parlamentares têm vindo a desenvolver junto das instituições do distrito e da população em geral, no sentido de acompanhar os problemas com que se debatem e também os projetos e anseios que têm entre mãos.

Neste contexto, Carlos Abreu Amorim, Eduardo Teixeira e Rosa Maria Arezes mantiveram uma longa conversa com o presidente do Conselho de Administração, que começou por fazer o ponto da situação relativamente ao Serviço de Urgência e ao impacto da gripe no distrito. Segundo o Franklim Ramos, trata-se de uma situação que todos os anos se repete, sendo de lamentar algum alarmismo por parte de determinada comunicação social, acabando por provocar muitas vezes reacções de pânico entre as pessoas.

No caso concreto do distrito de Viana do Castelo, a situação esteve sempre controlada, até porque foram tomadas várias medidas preventivas, nomeadamente foi pensado um plano de emergência que, até à data, não houve necessidade de acionar, o que constitui a melhor prova de que o sistema está a funcionar.

Noutro âmbito, Franklim Ramos realçou os resultados positivos que esta Unidade de Saúde tem apresentado desde 2011, resultados que – conforme explicou – têm a ver com indicadores de cumprimento a vários níveis e que são motivo de satisfação para o Conselho de Administração, mas também para a população em geral, na medida em que, indirectamente, representam uma mais-valia com reflexos positivos na qualidade do serviço prestado.

Relativamente à reforma hospitalar, salientou que é importante que a Unidade Local de Saúde do Alto Minho continue a manter as especialidades que tem e acrescentou que considera fundamental uma aposta na prevenção.

Para isso, a ULSAM tem levado a cabo, através das rádios locais da região, um programa de informação vocacionado para a saúde, no âmbito do qual, todas as semanas, especialistas falam de medidas preventivas, de educação para a saúde e também da humanização dos serviços.

No que diz respeito a novos projectos, o presidente do Conselho de Administração da ULSAM afirmou que era importante o Alto Minho dispor de uma Unidade de Cuidados Paliativos com Internamento. Ainda neste âmbito, falou da necessidade de reformar as infraestruturas do Serviço de Urgência e da Consulta Externa, para as quais já existe um projecto.

Libertar açorianos do “abafamento” do governo regional

O presidente do PSD/Açores, Duarte Freiras, diz que há um “abafamento” da sociedade civil e da economia açorianas por um Governo Regional socialista em “fim de ciclo” e esgotado. Em entrevista à Lusa, o líder do PSD/Açores disse-se “convicto” de que vai ganhar as eleições de 2016, depois de nos últimos dois anos se ter dedicado à “renovação, reestruturação e abertura do partido” e a um trabalho de “proximidade” com os açorianos, num projecto “a médio prazo” que está convencido que terá “resultados positivos” no ano que vem, depois das derrotas eleitorais nas europeias de 2014 e nas autárquicas de 2013.

“O grande objectivo, para uma década, a que me proponho é retirar os Açores dos últimos lugares dos indicadores de pobreza e de insucesso escolar. Acho que é fundamental. Se eu ganhar as eleições de 2016, como espero e estou convicto que vou ganhar, esse vai ser o principal objectivo, em simultâneo com outro, que tem de funcionar concomitantemente, que é atacar não só os problemas, mas a raiz dos problemas. (...) Não podemos andar de emergência em emergência, de crise em crise. Temos de preparar a economia e a sociedade dos Açores para poderem responder com mais pujança, com mais força aos desafios”, afirmou.

Para Duarte Freitas, isso “faz-se, desde logo, libertando a iniciativa dos açorianos”, considerando que há hoje “um abafamento por parte do Governo Regional em relação à sociedade civil, à economia e aos empresários”. “Um empresário que tenha uma ideia para um projecto não pode ter como primeiro impulso dirigir-se aos gabinetes do Governo Regional, tem de se dirigir aos técnicos que o podem ajudar, às câmaras de comércio que estão no meio. Não pode haver este abafamento que existe nos Açores por parte do Governo”, exemplificou.



Ressalvando que o Estado e o Governo Regional, numa região como os Açores, “tem de estar em muitos mais sítios do que noutras regiões”, sublinhou que, no entanto, “não deve estar onde não se precisa e muito menos deve estar de maneira errada”, ou seja, “em vez de incentivar e apoiar as pessoas, está a condicionar”. “As vezes parece que incentiva a pobreza para se alimentar politicamente da pobreza”, afirmou, referindo duas iniciativas públicas recentes que envolveram desempregados e o presidente do executivo açoriano, que considerou “indignas” e revelaram “o sentimento” por parte de quem está à frente do Governo Regional “de que já são donos dos Açores e que já podem fazer tudo o que querem”.

Duarte Freitas não tem dúvidas que após 20 anos de governação socialista nos Açores, os executivos regionais do PS estão esgotados e sem soluções para a região, como atestam indicadores como a maior taxa de desemprego do país, mas também aquela que diz ser a postura dos governantes do arquipélago e uma “singularidade” da política açoriana. “O Governo, em vez de procurar resolver os problemas com políticas estruturadas, procura ter uma estrutura de ataque às oposições. E isso revela bem um governo em fim de ciclo. Vamos para 20 anos, atenção. O PS vai cumprir 20 anos no poder, já sem rasgo, sem chama”, afirmou, sublinhando que os maus indicadores dos Açores não se devem a “falta de dinheiro”.

“Temos tido imenso dinheiro, milhões e milhões de euros. O Governo vangloria-se de ter tantos milhões e de ter as melhores taxas de execução [de fundos europeus do país]. Só que temos as melhores taxas de execução, mas temos o maior desemprego. É extraordinário. E depois o mesmo Governo que inaugura uma escola não quer ser responsável pelo insucesso escolar!”, ilustrou, considerando que o problema é a falta de “políticas públicas coerentes, consequentes e estruturadas”.

Na moção com se apresenta a estas directas, onde assume a prioridade das questões sociais, Duarte Freitas defende ainda uma reforma do sistema político autonómico, 40 anos após a sua adopção, e que visa, também aqui, “pôr a governação mais transparente” e próxima dos cidadãos e “libertar” poderes e organismos da tutela do executivo.

As suas propostas para essa reforma passam pela redução do número de deputados no parlamento dos Açores, de cargos políticos na administração regional ou de cargos de confiança política nas empresas públicas regionais, pelo reforço da “legitimidade democrática” dos conselhos de ilha e pela criação de um Conselho de Concertação Territorial e de um Conselho Económico e Social autónomo, presidido por “alguém independente” eleito por dois terços dos deputados do parlamento dos Açores, “como existe a nível nacional”.

Governo dos Açores “não cumpre” lei dos apoios culturais



O PSD/Açores acusa o governo regional de “não cumprir” as regras que o próprio Executivo define, dando como exemplo o atraso da abertura do período oficial de candidaturas aos apoios culturais. Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o deputado social-democrata José Andrade explica que “o decreto que rege esses apoios estabelece que o prazo de entrega de candidaturas é definido, anualmente, por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de cultura, até ao dia 31 de Janeiro, abrangendo as actividades a desenvolver no ano seguinte”. “Este regime jurídico abrange todos os apoios destinados a participar encargos com projectos culturais de âmbito audiovisual e multimédia, artes performativas, artes visuais, património cultural, seminários e festivais, edição de obras culturais ou aquisição de instrumentos, fardamentos e trajes, neste caso para as bandas filarmónicas e grupos folclóricos”, adianta José Andrade.

“E a legislação determina que, após o referido despacho, seja publicado um aviso de abertura, no Jornal Oficial, em três jornais de expansão regional, no portal Cultura Açores e no portal do Governo Regional, com toda a informação em falta sobre os destinatários do apoio, o montante financeiro global disponível, o prazo de entrega das candidaturas, os factores de majoração ou a composição das comissões de apreciação”, acrescenta.

“O facto é que o Governo Regional não cumpriu o prazo estabelecido, ainda não publicou o despacho que lhe compete e, assim, não permite que os agentes culturais açorianos se candidatem aos apoios instituídos”, criticou o deputado do PSD/Açores. “Queremos saber por que razão o governo não cumpriu o prazo que ele próprio estabeleceu para a abertura das candidaturas e questionamo-lo, ainda, sobre quando é que vai cumprir a lei, embora já fora do prazo, fazendo publicar o despacho que lhe compete”, explica José Andrade.

“Ironicamente, o governo justificou a alteração aprovada há menos de um ano, no preâmbulo do próprio diploma, pela necessidade de melhorar a eficiência quanto à celeridade, tanto na abertura e na condução do procedimento, como na fase de formalização contratual dos apoios”, lembra o parlamentar. “Afinal, uma coisa é o que governo diz, outra coisa é o que o governo faz”, conclui José Andrade.



Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

UMA NOVA ASSEMBLEIA UM NOVO GOVERNO DA REPÚBLICA

Em regime democrático é por vontade do povo que o poder político se exerce, através dos seus representantes eleitos. Assume pois um significado essencial a entrada em funções da Assembleia da República, órgão do poder legislativo, cuja nova composição emanou das eleições de 6 de Outubro passado. Mas não menos importante é a tomada de posse do novo Governo, formado pelo partido mais votado — o PSD — que como poder executivo terá a partir de agora nas suas mãos os destinos do País.

O nosso partido não pode deixar de se congratular pelo início de mais uma legislatura do nosso Parlamento, dado ter defendido que devia ser dada a palavra ao Povo Português, para este decidir, democraticamente, do rumo político a imprimir à vida nacional, em face da incapacidade da governação — ou falta de governação — então existente de fazer sair-nos da estagnação e da crise. Como não pode também deixar de manifestar a esperança e a confiança que deposita no Prof. Cavaco Silva e no Governo que vai dirigir para resolver os problemas fundamentais da sociedade portuguesa, a começar pelos que decorrem da nossa difícil situação económica.

Desejando à nova Assembleia da República e aos seus deputados, em especial aos do PSD, os melhores sucessos nos seus trabalhos, não fazemos mais do que interpretar os votos de todos os cidadãos que acreditam nas instituições democráticas representativas. O pluralismo, a discussão livre e tolerante, a cooperação construtiva nas grandes tarefas patrióticas, são valores que o nosso povo preza e em que se espelham as grandes virtudes da nossa comunidade. Ansiando pela estabilidade e pelo funcionamento regular das instituições, os portugueses sabem que o seu prestígio reforça a democracia e a unidade nacional.

No novo Governo, que dá os primeiros passos, os sociais-democratas, desde os militantes aos simpatizantes, põem todo o seu empenhamento, manifestando-lhe o grande apoio de que necessita para levar a cabo o seu programa, que foi o programa apresentado aos eleitores e que estes sufragaram, certos de que o seu cumprimento era a primeira condição para retomar a esperança. No Prof. Cavaco Silva, em quem os portugueses, de Norte a Sul, confiaram de alma e coração, pela sua coerência, coragem e firmeza, aliadas à competência e ao espírito de serviço, se corporizam os votos de felicidades que a toda a sua equipa governativa endereça o nosso Partido, coeso, solidário e remando para o mesmo lado, com os olhos postos na bússola e em quem está ao leme.

O PSD tornou-se de novo o maior partido português. Várias tarefas e provas o aguardam, no futuro próximo, para manter e reforçar o seu papel de formação política que melhor interpreta a maneira de ser e as aspirações mais profundas do nosso Povo. Assim estejamos nós todos à altura da vitória que conseguimos e das responsabilidades que assumimos, como portugueses e como sociais-democratas.

J.A.S.



O Grupo Parlamentar do PSD, com 88 deputados, é o maior da nova Assembleia da República, cujos trabalhos se iniciaram oficialmente na passada segunda-feira

TOMA HOJE POSSE O X GOVERNO CONSTITUCIONAL



É hoje empossado, ao meio-dia, no Palácio da Ajuda, em Lisboa, o X Governo Constitucional, chefiado pelo líder do PSD, prof. Cavaco Silva, e resultante da vitória social democrata nas eleições legislativas de 6 de Outubro passado. Na foto, a primeira reunião informal dos membros do novo gabinete, após o prof. Cavaco Silva ter sido indigitado primeiro-ministro pelo Presidente da República



Cidades do Futuro

Jaime Quesado (*)

Foi lançado o Projecto “Smart Cities Portugal”. Mobilizando competências estratégicas associadas a áreas críticas como a Mobilidade, Tecnologias e Informação, Energia e Habitat, o “Smart Cities Portugal” é a resposta certa no tempo adequado – dinamizar uma Rede de Cidades Inteligentes, onde a base competitiva seja a plataforma central para uma qualidade de vida mais integrada e participada por empresas e cidadãos. Na linha das opções europeias, o nosso país dá uma resposta ao futuro e mostra que, apesar da crise, ainda é possível crescer. Crescer com Valor e numa base de Redes Globais centradas na Inovação.

Numa Europa das Cidades e Regiões, onde a aposta na inovação e conhecimento se configura como a grande plataforma de aumento da competitividade à escala global, os números sobre a coesão territorial e social traduzem uma evolução completamente distinta do paradigma desejado. A excessiva concentração de activos empresariais e de talentos nas grandes metrópoles, como é o caso da Grande Lisboa, uma aterradora desertificação das zonas mais interiores, na maioria dos casos divergentes nos indicadores acumulados de capital social básico, suscitam muitas questões quanto à verdadeira dimensão estruturante de muitas das apostas feitas em matéria de investimentos destinados a corrigir esta “dualidade” de desenvolvimento do país ao longo dos últimos anos.

Apesar da relativa reduzida dimensão do país, não restam dúvidas de que a aposta numa política integrada e sistemática de Cidades Médias, tendo por base o paradigma da inovação e do conhecimento, com conciliação operativa entre a fixação de estruturas empresariais criadoras de riqueza e talentos humanos indutores de criatividade, é o único caminho possível para controlar este fenómeno da metropolização da capital que parece não ter fim. O papel das Universidades e Institutos Politécnicos que nos últimos 20 anos foram responsáveis pela animação de uma importante parte das cidades do interior, com o aumento da população permanente e a aposta em novos factores de afirmação local, está esgotado e tem que ser reinventado.

Desta forma, o compromisso entre aposta, através da Ciência, Inovação e Tecnologia, em Competitividade Estruturante na Criação de Valor Empresarial, e atenção especial à Coesão Social, do ponto de vista de equidade e justiça, é o grande desafio a não perder. A Inteligência Competitiva tem nesta matéria um papel muito especial a desempenhar e numa época onde se assiste à crescente metropolização do país em torno do Porto e Lisboa, a aposta em novos projectos estratégicos como o “Smart Cities Portugal” vem na hora certa. Permite mostrar que o Triângulo Estratégico (Autarquias, Universidades e Empresas) está a construir verdadeiras soluções estratégicas de futuro.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



O “turbo nacional verde” e a batalha do crescimento

Bruno Coimbra (*)

O aplauso internacional sem precedentes que o Estado português tem alcançado na área do Ambiente merece um destaque mediático que, infelizmente, não tem tido.

Recentemente, os líderes do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, do Instituto Global para o Crescimento Verde, e do Banco Mundial consideraram Portugal um exemplo a seguir, atendendo à sua estratégia para o Crescimento Verde, Reforma da Fiscalidade Verde e Política Energética.

Para além disso, Portugal viu reconhecido em Lima, na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, o acerto das suas políticas nesta matéria. Foi, por isso mesmo, considerado o país com a quarta melhor política a nível mundial nesse campo, facto que ganha maior relevância se tivermos em conta que há apenas três anos, Portugal estava em 14.º lugar nesse mesmo “ranking”.

Como se isto não bastasse, o Fórum Económico Mundial coloca o nosso país em 10.º lugar no índice que analisa o desempenho de 125 países no que respeita a política energética. Uma subida de 8 posições face ao ano passado.

Estas instituições salientam de forma particular o carácter estrutural das iniciativas do Governo, iniciativas que dispõem para o longo prazo. Não estamos a falar de meros remendos, mas sim de medidas que ecoarão na vida das próximas gerações.

Um reconhecimento mundial desta dimensão dá credibilidade ao Estado Português e confere-lhe uma capacidade reforçada de fazer valer as suas posições no xadrez internacional. Exemplo disso, foi sucesso negocial do Governo português no dossier das interligações energéticas, que vai permitir ao país reduzir custos e aumentar a exportação de renováveis.

Mas “política verde” deste Governo não opera apenas sobre a protecção do ambiente enquanto fim em si mesmo. Mais do que isso, é uma política que incide também sobre padrões de consumo, sobre produção e o uso eficiente dos recursos. Uma política que visa a redução da dependência energética face ao exterior e o reforço dos estímulos ao empreendedorismo e à criação de emprego.

É neste plano que se joga a batalha do crescimento!

A Economia Verde representa já 4 biliões de euros a nível mundial, crescendo 4% ao ano. Também em Portugal, a estratégia do ‘Compromisso para o Crescimento Verde’ pressupõe o aumento dos postos de trabalho “verdes”. Serão 95 mil em 2020 e 140 mil em 2030.

É facilmente perceptível que o binómio Economia Verde/Emprego Verde é cada vez mais significativo. O bom caminho que Portugal está a trilhar fará de nós uma marca de qualidade na atração de investimento. Seremos o destino natural das indústrias limpas, modernas e empenhadas com o futuro das novas gerações.

Esta mais-valia para a nossa competitividade económica, só será possível porque este governo ligou o “turbo nacional verde”.

(*) Deputado do PSD



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Arganil, para reunir no próximo dia 08 de Março de 2015 (domingo), pelas 16h00, na União Recreio e Progresso Celavicense, sito em Celavisa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Informações
- 2.- Análise da situação política
3. - Outros assuntos

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cascais, para reunir, no próximo dia 05 de Março de 2015, (quinta-feira) pelas 21h30, no Hotel Praia Mar, sito na Rua do Gurué, 16 - Carcavelos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Sessão evocativa dos 40 anos do PSD em Cascais
- 2 - Informações
- 3 - Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2014 da Secção de Cascais
- 4 - Análise da situação política nacional

CONDEIXA -A - NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Condeixa - a - Nova, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2015 (sábado) pelas 18h00, no Salão da Junta de Freguesia de Condeixa -a -Velha, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Leitura e aprovação da acta da reunião anterior
- 2 - Apresentação, discussão e aprovação do relatório e contas do exercício de 2014
- 3 - Análise da situação política
- 4 - Informações

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Fevereiro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política a nível local e nacional
- 2 - Apresentação e votação do Plano de Actividades e orçamento para o ano de 2015
- 3 - Apresentação e votação do Relatório de Contas de 2014

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Matosinhos, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2015, (sábado) pelas 15h00, no edifício da sede, da Junta de Freguesia de Matosinhos, sita na Rua Augusto Gomes, nº 313, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Apresentação, discussão e aprovação das contas referentes a 2014

2 - Informação sobre a Instituição do Conselho de Opinião do PSD de Matosinhos - nº 6, do artº.78 dos Estatutos Nacionais.

- 3 - Obras na sede do PSD de Matosinhos
- 4 - Análise da situação política - partidária
- 5 - Outros assuntos de interesse dos militantes, sem carácter deliberativo

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Seia, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, no Hotel Eurosol Camelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Leitura e votação das 3 actas de assembleias anteriores
- 2 - Proposta e votação do orçamento para 2015
- 3 - Agenda de actividade da CP

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Soure, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Fevereiro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, no Auditório da Biblioteca Municipal de Soure, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Apresentação e votação das contas do ano de 2014
- 2 - Análise da situação política nacional
- 3 - Análise da situação política concelhia
- 4 - Outros assuntos

VEISEU RECTIFICAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viseu, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2015 (sábado) pelas 21h00, no Solar dos Peixotos (Edifício da Assembleia Municipal de Viseu), com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação das contas do ano de 2014 e orçamento 2015
- 3 - Análise da situação política



(CORRECÇÃO DA SEGUINTE CONVOCATÓRIA) CASTELO DE VIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Castelo de Vide, para reunir em sessão extraordinária no próximo dia 7 de Março de 2015, na Sede Concelhia da JSD Rua de Olivença, 13 - 1º esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD, sita na Rua de Olivença, 13 - 1º esq. As urnas estarão abertas entre as 17h e as 19h.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Mafra da JSD, para reunir no próximo dia 7 de Março de 2014, pelas 18h30m, na Sede da JSD Mafra, sita no Terreiro D. João V, n.º 62, 2.º andar, 2640-492 Mafra, com

a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política;
2. Apresentação do Plano e Relatório de Actividades;
3. Outros assuntos.

PESO DA RÉGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes de Peso da Régua, para reunir num Plenário de Secção, a realizar no próximo dia 7 de Março de 2015 (Sábado), pelas 15 horas, no Auditório do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), com a seguinte ordem de trabalho:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros Assuntos.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoco Plenário da Concelhia da JSD Torres Vedras, para o dia 28 de Março de 2015 (Sábado), pelas 17h, na Sede do PSD de Torres Vedras, sita na Rua 9 de Abril, 1 - 3.º, em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário da JSD Torres Vedras

Notas:

As listas devem ser entregues na Sede do PSD/Torres Vedras, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem o possa estatutariamente substituir, em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da Póvoa de Lanhoso, a reunir no próximo dia 07 de Março de 2015, pelas 18h30 (Sábado) na Sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Informações;

Ponto Dois: Análise da situação política;

Ponto Três: Outros Assuntos;



ASSEMBLEIA DA SECÇÃO LABORAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO DISTRITO DO PORTO

Nos termos do art.º 53 dos Estatutos dos TSD e do estabelecido no Regulamento Eleitoral convocam-se todos os militantes da área geográfica da Secção Laboral dos Profissionais de Saúde do Distrito do Porto para reunirem em Assembleia de Secção no dia 27 de Março de 2015, das 18H às 21H na Rua Guerra Junqueiro, nº 64, no Porto com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição do Secretariado da Secção Laboral dos Profissionais de Saúde Distrito do Porto Porto, 21 de Fevereiro de 2015
O Presidente do Secretariado Distrital do Porto
Manuel Pereira Gomes

Nota - De acordo com o nº3 do artº4 do regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais dos TSD, os processos de candidaturas são apresentados até às 22H00 do dia 20 de Março ao Secretariado Distrital do Porto Rº Guerra Junqueiro,64, no Porto

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/AML

Convoco os militantes dos TSD da Área Metropolitana de Lisboa para reunir no dia 3 de Março, na Sede Distrital dos TSD de Lisboa, sita no Largo D. Bosco, nº 3, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apresentação do programa 2020-POCH, pelo companheiro DR. FÉLIX ESMÉNIO;
3. Debate e assuntos de interesse da Assembleia dos TSD.

OBS: Ao mesmo tempo e no mesmo local decorrerão as eleições dos Secretariados dos Núcleos de Empresa aqui descritos:

- AT Autoridade Tributária e Aduaneira
- CM Cascais
- CM Lisboa
- Carris
- CP
- CTT
- DGS Prisionais
- EDP
- IEFP
- Metropolitano de Lisboa
- Ministério da Saúde
- Ministério das Finanças
- PT
- RTP
- Santa Casa da Misericórdia
- SBSI
- Universidade Lusófona

Nos termos regulamentares e estatutários as candidaturas terão de observar as disposições estabelecidas:

As listas deverão ser apresentadas ao Secretariado distrital dos TSD/AML, na sede, com 5 dias úteis à data de eleições.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dos TSD/AML

Carlos Alberto Chagas

O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD/AML

Álvaro de Sousa Carneiro

PORTUGAL INVESTIR+
UM PROGRAMA INTEGRADO DE ESTÍMULO AO INVESTIMENTO 2015/2016

PSD CDS-PP

Sábado, 28 de fevereiro, às 17h00

Ipanema Park Hotel

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DAS JORNADAS + PORTUGAL, INVESTIR+

Contará com a presença de:

ÁLVARO CASTELLO BRANCO
(Presidente da Distrital do Porto do CDS-PP)

VIRGÍLIO MACEDO
(Presidente da Distrital do Porto do PSD)

MARCO ANTÓNIO COSTA
(Vice-Presidente Coordenador da Comissão Política Nacional do PSD)

PEDRO MOTA SOARES
(Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Rua Serralves 124, 4150-125 Porto

#maisporto convite